

Doutrina

O RELATIVISMO NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Arnoldo Wald

DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS

Walter Claudius Rothenburg

A SUPERAÇÃO DA DOCTRINA TRIPARTITE DOS "PODERES" DO ESTADO

André Ramos Tavares

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E OS CENTROS UNIVERSITÁRIOS. INCONSTITUCIONALIDADES DA NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Maria Garcia

EMENDA CONSTITUCIONAL 19/98. REFLEXOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA NO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Magadar Rosália Costa Briguet

A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Roger Stiefelmann Leal

ÉTICA NO DIREITO

Celso Ribeiro Bastos

A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Roger Stiefelmann Leal

OS DEVERES E A CONSTITUIÇÃO

Eduardo Silva Costa

O DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO GERADO POR PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL E O DEVER DE REVISÃO DOS PREÇOS PACTUADOS

Floriano Peixoto de Azevedo Marques

CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE O PREQUESTIONAMENTO

Galeno Lacerda

A SUPREMACIA DO ADVOGADO FACE AO JUS POSTULANDI

Mario Antonio Lobato de Paiva

A QUADRATURA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS DIFERENTES CÍRCULOS JUDICIAIS DE EFICÁCIA: BRASIL – ALEMANHA

Georghio Alessandro Tomelin

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO

Paloma Santana Modesto

ANTEPROJETO DE LEI SOBRE PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

Gilmar Ferreira Mendes

EL DERECHO A LA VIDA Y A NO SER VICTIMA DE TORTURAS O TRATOS INHUMANOS O DEGRADANTES EN EL MARCO DEL CEDH

Rubén Martínez Dalmau

O CONTROLE DO ATO ADMINISTRATIVO E O ESTADO DE DIREITO

Faissal Yunes Junior

LICITAÇÃO. LINHAS GERAIS E ASPECTOS DESTACADOS

Paulo Afonso Brum Vaz

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA VIDA PRIVADA E A REPARAÇÃO DO DANO MORAL

Rivanildo Pereira Diniz

DA DECLARAÇÃO DE DESNECESSIDADE DE CARGOS E O SERVIDOR INSTÁVEL NA ANÁLISE JUDICIAL

Jurisprudência

Tribunal Regional Federal da 3.^a Região

[CONSTITUCIONAL. Previdenciário. Aplicabilidade dos §§ 5.º e 6.º do art. 201 da Constituição da República. Normas de eficácia plena. Incompatibilidade do art. 145 da Lei 8.213/91 com os referidos preceitos. Inconstitucionalidade que se declara por maioria dos votos.](#)

Tribunal Regional Federal da 3.^a Região

[PREVIDENCIÁRIO. CONSTITUCIONAL. Revisão de benefício. Aplicabilidade dos §§ 5.º e 6.º do art. 201 da Constituição da República. Inconstitucionalidade do art. 145 da Lei 8.213/91 reconhecida pelo Plenário desta Corte. Recurso improvido.](#)

Supremo Tribunal Federal

[RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Interposto no sistema da EReg. 2/85. Agravo de instrumento. Deserção. Preclusão da matéria constitucional. Precedentes.](#)
